

*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
9 de dezembro de 2019  
Ata n.º 4*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente, Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário, Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; José Manuel Oliveira Carvalho; Arménio de Almeida Cêrca; Francisco José da Silva Ferreira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Sara Sandra Resende Tavares; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Miguel da Silva Oliveira; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Diana Clara Bastos de Paiva; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que os Membros Pedro Machado Pires da Rosa (Aveiro) e Toni Pedro Ribeiro Martins (Sever do Vouga) pediram substituição, estando presentes nos seus lugares, Sara Sandra Resende Tavares (Aveiro) e Diana Clara Bastos de Paiva (Sever do Vouga).

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Hilário Manuel Ferreira dos Santos (*justificou*); Victor Manuel Santiago Tavares (*justificou*); Nuno Manuel Marques Pereira; José Gonçalo Sarmiento de Rebocho Silva e Costa; Elisabete Costa Pequeno.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

**Ponto 1** - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

**Ponto 2** - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

**Ponto 3** – Apreciação e Votação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2021 a 2025.

**Ponto 4** - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

***A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores:***

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

De seguida, colocou-se à votação as atas das sessões anteriores, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata nº 2/2019, de 30 de abril, aprovada por unanimidade.

Apreciação e Votação da ata nº 3/2019, de 30 de setembro, aprovada por unanimidade.

***B – Expediente e informações***

O Presidente da Mesa informou não haver expediente nem informações a apresentar.

***C – Período Antes da Ordem do Dia***

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

José Matos (Estarreja) abordou a questão das portagens na A25 e a situação complicada na EN109, na zona de Cacia, sem uma solução da parte do Governo para um problema que se arrasta há anos, manifestando preocupação pela falta de soluções; considerou que não havendo vontade de resolver esta questão de uma forma global, que se deve pensar numa solução mais local, com a desativação dos pórticos de Angeja e do *Retail Park*.

Vladimiro Silva (Estarreja) referiu que após a reunião de abril realizaram-se duas eleições no país, não se verificando aqui alterações significativas, o que politicamente tem o seu significado, desde logo que o Partido Socialista está desaparecido do combate pela nossa região, não havendo propostas nem referências. Referiu que o relatório do Tribunal de Contas sobre os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios não especifica o prazo a que o estudo se refere, desqualificando as regiões, tudo e todos. Considera que não podemos ser impedidos de cumprir tarefas para o benefício do serviço público. Fez referência ao Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, discordando da intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal contra a eleição nas CCDR's - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, mas considerou que este fez muito bem em demonstrar a sua posição, uma vez que é preciso discutir estes assuntos e não há unanimidade.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se está a iniciar uma legislatura, com um Governo novo e que a CIRA irá enviar um relatório com as principais questões pendentes na região, que não será muito diferente do anterior, uma vez que foram poucas as matérias que tiveram solução nesta legislatura.

Sobre a questão das portagens, entende que há argumentos novos nesta luta; um deles é o novo PDM – Plano Diretor Municipal de Aveiro e o outro são novos parceiros, como por exemplo, as Associações Empresariais. A CIRA defende que os circuitos intra NUT III não devem ser portajados. Referiu que é um assunto antigo e não haverá descanso até haver novas soluções.

O Presidente do CI concordou que atualmente não há “pesos pesados” na política e que temos, cada um nas suas responsabilidades, de fazer mais, não se podendo destruir as lutas regionais logo em Aveiro. Considerou que alguns deputados parece que se inibem de defender a respetiva região.

Sobre o relatório do Tribunal de Contas, informou que a ANMP emitirá uma posição pública para a semana. Considera que assistimos à judicialização da política e uma procura da liderança da democracia pela Justiça, contra os Eleitos democraticamente. O Tribunal de Contas não tem competências de planeamento, não tem capacidade técnica instalada nesta matéria, nem para analisar as Estratégias de Defesa da Floresta contra Incêndios e vem tornar público, no final de 2019, um relatório que diz respeito ao período de 2015 a 2017, no qual a esmagadora maioria dos municípios portugueses ainda não tinha adaptado as suas estruturas de planeamento, a este nível, à nova legislação, que é de meados de 2017. Considerou que esta é uma matéria sensível e que deve merecer a atenção de todos.

Relativamente às eleições para as CCDR's considerou que se trata de uma ilusão, pois elege-se alguém cuja tutela é nula, uma vez que a tutela é do Governo, e não há ascendente legal e político.

***D – Período da Ordem do Dia:***

***Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou três assuntos e disponibilizou-se para prestar todos os esclarecimentos. Em primeiro lugar, referiu-se ao Congresso da Região de Aveiro, que integrou as Comemorações dos 30 anos do Associativismo Municipal, com uma parte evocativa e com debates, quer na área da Mobilidade e dos Transportes, quer no âmbito das Florestas e Proteção Civil. Espera que o futuro honre os 30 anos da Região de Aveiro neste patamar de contributos importantes para o seu desenvolvimento.

A segunda referência foi para o trabalho em desenvolvimento na revisão da EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, da qual se fechará a 4ª versão no próximo Conselho Intermunicipal, uma versão mais sólida, para permitir começar a interagir com o Governo e a CCDR do Centro.

A terceira nota foi para o protocolo, recentemente assinado, com a Associação Zero, para se melhorar a capacidade de informação no cálculo a pegada ecológica, na sua relação com a descarbonização e assim também melhorar a gestão do território.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*



António Monteiro (Sever do Vouga) começou por fazer uma nota prévia de elogio à atividade da Comunidade Intermunicipal. Sobre os transportes, questionou se já há resultado das conversações com a Área Metropolitana do Porto, face à dificuldade em estabelecer um preço único de passe. Manifestou preocupação pela ausência de informação na área da saúde, referindo que há vários centros de saúde que carecem de médicos para prestar serviço noturno, e uma vez que estamos num processo de descentralização, questionou que passos foram dados na região para responsabilizar o Governo nesta matéria e também na evolução no CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Por fim, questionou se a obra da ponte-açude do Rio Novo do Príncipe passou de um bom projeto para mau, face às notícias que foram publicadas.

José Matos (Estarreja) solicitou o ponto de situação da rede intermunicipal de transportes e questionou se foi dado conhecimento à CIRA de um estudo anunciado pelas Infraestruturas de Portugal sobre a procura na Linha do Vouga.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) questionou o direito de preferência em relação à Associação Zero, como se escolheu essa associação, se porventura pelas ligações à Universidade de Aveiro. Sobre o transporte ferroviário, questionou se é possível trabalhar no sentido de melhorar o acesso para sul, considerando a diferença de preços e também de comodidades, dando o exemplo do Andante para quem viaja para norte.

Vladimiro Silva (Estarreja) referiu que a CIRA esteve muito ativa neste período e questionou se os políticos e os partidos estão restringidos à participação nestas ações, pois está-se a fazer um trabalho intenso sem o Partido Socialista, sugerindo que se associasse mais, designadamente o líder distrital, agora Ministro, com um grande destaque neste Governo.

Manuel Prior (Aveiro) apelou ao reforço da pressão pela defesa do CHBV. Referiu que será o pior hospital das capitais de distrito e mesmo com a requalificação prevista, ficará ainda 15 a 20 anos atrás dos restantes. Manifestou a expectativa que esta expansão seja o início da requalificação quer de estruturas, quer de recursos humanos.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que nos transportes estamos todos de acordo nas matérias de gestão, incluindo com a AM Porto. Sobre o PART- Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos referiu que se aguarda pelo futuro deste programa e que o país ficará sem PART no 1º trimestre de 2020, se nada for feito em termos legislativos. Considerou que é preciso repensar este programa de apoio. Informou que a AM

Porto está disponível para ajustar e financiar os passes Aveiro-Porto, mas não tem verba. Referiu que fora das Áreas Metropolitanas não houve uma reação relevante de adesão aos transportes públicos por via da redução tarifária.

Relativamente à saúde informou que a CIRA tem várias propostas e objetivos a este nível e foram transmitidas ao Dr. Pedro Almeida, diretor do ACeS Baixo Vouga, que esteve presente na reunião do Conselho Intermunicipal de setembro. Sublinhou a importância, no quadro da reprogramação do Portugal 2020 e também do próximo quadro comunitário, que haja verbas para esta área, sendo que os primeiros sinais não vão nesse sentido. Considera que nada se alterou com a descentralização em curso. Sobre o CHBV reiterou o processo de luta com grande empenho e espírito de equipa, recordando que é uma matéria que consta do PNI 2030 e da EIDT.

Sobre a Ponte-Açude, informou que temos visto do Tribunal de Contas, temos AIA - Avaliação de Impacte Ambiental, temos a candidatura do POSEUR aprovada e reprogramada e reiterou vontade de executar, faltando um novo estudo para a emissão da licença.

Relativamente ao estudo da Linha do Vouga, na ligação Aveiro-Águeda, informou não ter conhecimento.

Sobre o Protocolo com a Associação Zero, o Presidente do CI informou que não se escolheu a associação, mas o projeto, designado “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, que tem uma entidade que o lidera e duas entidades associadas. A Universidade de Aveiro trabalha em equipa com a Associação Zero.

Relativamente à participação do Partido Socialista nas iniciativas da CIRA, informou que queremos estimular a estar mais presente, designadamente o Ministro Pedro Nuno Santos, relembrando que também o Secretário de Estado Adjunto é aveirense, reiterando que não pode haver divisões na defesa da região.

*Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.*

***Ponto 2 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.***



O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento, referindo que a proposta é marcada por operações plurianuais e contém todos os objetivos importantes, desde os Transportes, à Educação, ao CIROA – Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais, à questão da Polis Litoral da Ria de Aveiro. Espera que 2020 seja o ano de execução física de objetivos que andam há tempo demais nos planos. Considerou um orçamento ambicioso e realista.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Jorge Greno (Aveiro) solicitou que os documentos para as reuniões sejam distribuídos em versão PDF e não documentos digitalizados. Questionou se não é possível manter ou atualizar o projeto BibRia, de repositório da imprensa regional, um projeto do Aveiro Digital, importante para a história da região, que permite pesquisas e que pode ser atualizado, solicitando-se aos órgãos de comunicação social a cedência de informação. Alertou que o site “Eventos na Região de Aveiro”, não funciona e está desatualizado. Considera importante que o site funcione e esteja disponível, pois hoje a procura é feita na internet. Sugeriu usar a verba inscrita no orçamento para criar ou manter este site.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) questionou se há novidades na ligação rodoviária Aveiro-Águeda e considerou que o estado das carruagens da Linha do Vouga nos devia envergonhar a todos. Recordou a necessidade de requalificação da estrada em São João de Loure, um assunto já referido em anteriores reuniões. Referiu que a ligação ferroviária Aveiro-Salamanca não está no Orçamento de Estado e questionou se não estaria na altura de se voltar a pressionar publicamente. Considerou que as GOP apresentadas estão inclinadas para o lado do mar.

Diana Paiva (Sever do Vouga) considerou que o investimento ao nível turístico parece centrar-se na Ria de Aveiro e recordou a importância do turismo de montanha. Questionou o grau de implementação do projeto RAD – Região de Aveiro Digital nos municípios e considerou de elevada importância a digitalização de documentos oficiais antigos. Alertou para o não funcionamento do SIG em Sever do Vouga.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) questionou se o novo nó de acesso à A1 tem enquadramento nas Vias para a Competitividade. Referiu que a requalificação da N235 não

resolve o problema de fundo, que é a ligação de duas vias rápidas por um troço urbano. Salientou a importância da mobilidade intermunicipal para reter recursos humanos na região.

João Bernardo (Ílhavo) considerou que na saúde todos devem remar no mesmo sentido, para que a obra de ampliação do CHBV, que urge fazer, se concretize. Entende que este plano para 2020 carece de mais ambição para a Ria de Aveiro, com uma visão global e não pode ser o somatório de projetos, de cariz mais municipal. Referiu que o turismo precisa de informação eficaz. Considerou importante mobilizar as populações, designadamente através do sector social.

O Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu as referências ao projeto BibRia e referiu que se irá aferir qual o ponto de situação.

Relativamente ao site da agenda cultural informou que a ideia é que o funcione como motor de busca da oferta dos municípios.

Sobre a ligação rodoviária Aveiro-Águeda informou que os primeiros 8 km's da futura ligação serão da responsabilidade da CM Aveiro, por via da aprovação do novo PDM, e que em Águeda há um compromisso idêntico.

No que diz respeito à promessa da obra em São João de Loure informou que os dois municípios se vão sentar para tratar desta situação.

Relativamente à ligação ferroviária Aveiro-Salamanca considerou que tem de ser um investimento prioritário, designadamente no quadro das questões climáticas e da redução da pegada ecológica.

Sobre a inclinação das GOP referiu que não temos essa análise de incidência territorial. Entende que a lógica de gestão é da matéria e da razão das coisas e que há um interior dentro de cada município. Reiterou a importância da gestão integrada do território e uma visão de desenvolvimento coeso, com funções complementares. Considerou o Vouga Park um exemplo, um fator diferenciador e de solidariedade política dos outros municípios.

Relativamente à implementação do RAD informou que está a ser efetuado em todos os municípios e que teremos os primeiros *outputs* dos cidadãos em 2020, com uma oferta de serviços igual em todos os municípios.

Sobre o nó de acesso da A1, referiu que é um dos objetivos prioritários assumido nas Vias para a Competitividade, no quadro do PIMTRA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e



Transportes da Região de Aveiro, constatando-se um enorme desinvestimento do Governo na rede viária.

No que diz respeito à morosidade de alguns projetos, o Presidente do Conselho Intermunicipal recordou que atualmente o quadro legal obriga a plurianualidade das operações, com a conjugação de cabimentos, compromissos, mecanismos de contratação pública, atingindo-se um nível de burocracia enorme.

Sobre a Ria de Aveiro lembrou que os projetos que transitaram para a Polis foram retirados do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro.

O Presidente do CI informou que está em curso a discussão de se continuar a chamar “Ria de Aveiro” ao Produto Turístico Integrado, ou se “Região de Aveiro” será mais inclusivo, estando-se a densificar essa discussão. Entende que a Grande Rota da Ria de Aveiro sistematizará a muita informação que existe, para melhor comunicar.

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado por maioria, com sete abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, Sara Sandra Resende Tavares, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

### ***Ponto 3 - Apreciação e Votação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2021 a 2025.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o documento é claro e está disponível para prestar esclarecimentos.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2021 a 2025 aprovado por maioria, com sete abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, Sara Sandra Resende Tavares, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

***Ponto 4 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro***

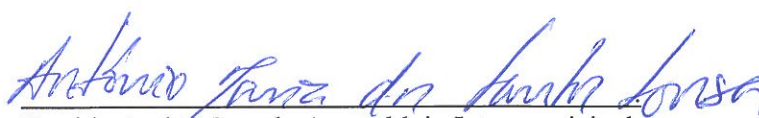
O Presidente do CI referiu que se mantém a contribuição dos Municípios, sendo uma proposta conservadora.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

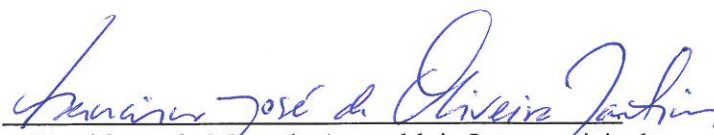
*Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro aprovada por unanimidade.*

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2, 3 e 4.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
António Maria dos Santos Sousa



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Francisco José de Oliveira Martins



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Mário José Costa da Silva